

DISCUSSÕES PRELIMINARES SOBRE A PRESERVAÇÃO DIGITAL EM SAÚDE: O CASO DOS PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS AMBULATORIAIS

Ana Luiza Vargas (graduanda do Curso de Arquivologia da UFES)
Margarete Faria de Moraes (Orientador)
Email: analu_bvargas@hotmail.com, margamoraes@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A preservação digital é uma temática que preocupa governos e gestores, privados e públicos, no Brasil e no mundo. A produção exacerbada de informações e documentos digitais, se por um lado possibilita o aumento da produtividade, eficiência e transparência, por outro dificulta a preservação e fragiliza a segurança de dados, informações e documentos. Como a preservação é uma prerrogativa que está intimamente ligada à razão de ser dos arquivos, a custódia, a guarda permanente de documentos no ambiente digital é um desafio para o Arquivista contemporâneo.

O prontuário é um documento essencial para a informação em saúde e um objeto de estudo da Arquivologia. O prontuário Eletrônico do paciente é um exemplo clássico de aplicação das tecnologias na melhoria da gestão clínica e administrativa de serviços de saúde. Entretanto, essa melhoria faz emergir a preocupação com a preservação digital, visto que, no Brasil, a sua guarda é permanente.

Em revisão de literatura foi identificado uma escassez na pesquisa sobre a preservação digital em prontuários eletrônicos e, também controversas nas recomendações. Nesse sentido, esse trabalho compara as Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis e o Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (Versão 4.3 22/03/2019), instituído e regido pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1821/2007 e aplicado pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde. Este trabalho foi produzido no contexto do Grupo de Pesquisa Observatório da Informação Arquivística Digital da Universidade Federal do Espírito Santo e performou no Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito para conclusão do curso de graduação em Arquivologia da mesma instituição. A pesquisa objetivou de forma geral, analisar as práticas de preservação digital e o uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis em Prontuários Eletrônicos ambulatoriais comparando ao uso do Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (Versão 4.3 22/03/2019). Dentre os objetivos específicos estão, a discussão sobre as práticas usuais em contraponto às recomendadas por normas nacionais e internacionais sobre preservação digital em saúde e, as dificuldades de implantá-las em prontuários eletrônicos ambulatoriais.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa se enquadra como uma pesquisa aplicada, porque aborda um problema recorrente no processo de transformação digital, no caso, a preservação. É uma pesquisa exploratória de abordagem quali quantitativa, pois visa explicitar melhor a problemática da preservação digital em prontuários eletrônicos ambulatoriais, tendo como base a comparação entre os dois modelos usados. Ela também se encaixa na modalidade de estudo de casos, porque usou parâmetros de 2 (dois) Prontuários Eletrônicos ambulatoriais, um de uso em serviço ambulatorial público e outro em ambulatorial privado. Utilizou-se os seguintes procedimentos para a pesquisa: Análise documental, na medida em que utilizou padrões considerados pertinentes à preservação digital dos dois modelos;

Coleta de dados a partir de checklist criado com base nas Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, enviados para os desenvolvedores dos prontuários eletrônicos ambulatoriais; Entrevista com os desenvolvedores dos prontuários com objetivo de identificar críticas e divergências sobre os modelos de preservação digital de prontuários disponíveis, sua importância e dificuldades e, para compreender a visão destes responsáveis sobre a preservação digital em prontuários eletrônicos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da pesquisa apontou para o caráter complementar entre os modelos de requisitos apresentados e a necessidade de maior diálogo da Arquivologia com a saúde e suas demandas tecnológicas e de segurança das informações.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa apontou a urgência de outras pesquisas de metodologias de preservação digital de Prontuários Eletrônicos do Paciente de forma a garantir, no futuro, o acesso completo aos Prontuários Eletrônicos com todos os recursos disponíveis, e não só aos seus registros documentais da assistência.

5. REFERÊNCIAS

- CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis - RDC-Arq**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2015. Disponível em: http://conarq.gov.br/imagens/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.
- GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 74-99, jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n2p74>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38411>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- MIRANDA, Cláudia de Fátima et al. Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde. **Sociedade Brasileira de Informática em Saúde**, p. 1-107, 2019. Disponível em: http://www.sbis.org.br/certificacao/Manual_Certificacao_SBIS-CFM_2019_v4-3.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.
- PICONI, Andressa Cristiani; GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Estratégias de Preservação Digital para Prontuários Eletrônicos de Pacientes**. Universidade Federal Fluminense: Niterói. Disponível em: <http://www.dca.fee.unicamp.br/portugues/pesquisa/seminarios/2013/programacao/AndressaCPiconi.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.